

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

COMUNICADO NACIONAL 7/11

8 de Maio de 2011





É Hora de Combate! É preciso dizer NÃO!



Depois de habilmente "bombardeados", durante vários meses, por uma horda de supostos especialistas e comentadores, próximos do governo e da banca, dando-nos como perspectiva um quadro muito negro resultante das medidas a aplicar, na sequência de umas ditas negociações com um trio de representantes de entidades estrangeiras – a "troika":

Depois de ouvirmos o ainda primeiro-ministro anunciar as mais negras previsões para o nosso futuro próximo, por não ter sido capaz de nos impor mais um dos seus muitos PEC's;

Antes da exigência de capitulação dos banqueiros, ouvimos as declarações feitas pelo mesmo ainda primeiro-ministro, de que não governaria com o FMI;

Finalmente, somos presenteados com uma declaração sem um mínimo de pudor, deste mesmo ainda primeiro-ministro, em que nos vem anunciar que sem ele o resultado das medidas a aplicar seriam ainda muito mais graves, vangloriando-se da sua capacidade negocial, propondo-se a governar de novo, seja lá com quem for, como se não tivesse responsabilidades acrescidas no estado a que o País chegou, como se os problemas e dificuldades só tenham começado, "há trinta e tal dias", quando o PEC IV foi chumbado.

Pura propaganda!

Ao termos conhecimento do conteúdo das medidas a aplicar vemos, sem surpresa, que o discurso "de vitória" apresentado pelo ainda primeiro-ministro cai por terra!

No que à Defesa Nacional diz respeito, e mesmo conhecendo apenas a ponta do "iceberg", carecem de explicação algumas das medidas que ali estão expressas.

O que significa "reduzir pelo menos 10% dos efectivos e compensações nas Forças Armadas entre 2011 e 2014"?

Quando sofremos há pouco tempo uma redução de efectivos do QP, quando está em curso o processo de redução de mais 3.000 efectivos em regime de contrato até Setembro deste ano, como se enquadra uma redução de pelo menos 10% de efectivos?

As Forças Armadas têm vindo a reduzir pessoal desde há pelo menos 30 anos a esta parte, continuar a fazê-lo pode incapacitá-las para o cumprimento da missão constitucional de defesa da Soberania e da Independência Nacional: será esse o objectivo que se pretende atingir?

Sobre quem incidirá esta redução e em que condições?

E a que "compensações" se refere o texto?

Nas audiências que recentemente nos foram concedidas pelos chefes militares foram referidas as diversas necessidades de efectivos para continuar a cumprir a missão

Associação Nacional de Sargentos R. Barão de Sabrosa, 57 • 2º • 1900-088 LISBOA • Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 49 58 • E-mail: contacto@ans.pt

constitucional das Forças Armadas, particularmente numa altura em que às Forças Armadas são incumbidas cada vez mais missões, a nível nacional e internacional.

Depois do verdadeiro atentado que foi o ataque perpetrado pelo governo em 2005, que quase levou à destruição total da Assistência na Doença aos Militares, vem agora a ameaça de finalmente cumprir aquilo a que, com forte luta e determinação, nos conseguimos parcialmente opor: a efectiva destruição do direito a uma assistência na saúde compatível com o grau de exigência que é colocada a quem serve Portugal nas Forças Armadas.

Não podemos nem devemos ter memória curta. Devemos recordar e fazer recordar que é este mesmo primeiro-ministro que desde 2005 nos vem impondo pesados pacotes de sacrifícios, sem que no entanto os resultados de tais esforços apareçam, produzam efeitos, seiam contabilizados e apresentados.

Ainda estamos lembrados do então ministro da defesa, Luís Amado, referir-se ao conjunto de medidas lesivas e restritivas dos nossos direitos apresentadas em 2005 como "a desova legislativa". Medidas que só não foram mais lesivas e prejudiciais porque lutámos com muita firmeza, coragem e determinação na defesa dos nossos direitos. Pois agora a "troika" impõe que a **ADM**, a ADSE e a SAD, passem a ser **auto financiadas**, reduzindo a comparticipação do Estado em 30% em 2012, 20% em 2013 com subsequentes reduções até 2016, aumentando igualmente as comparticipações a suportar pelos beneficiários.

Estes aspectos directamente relacionados com as Forças Armadas, a par de todos os outros que afectarão séria e dramaticamente a qualidade de vida e direitos sociais constitucionalmente consagrados dos nossos concidadãos, não nos podem deixar indiferentes. Como militares, face ao nosso juramento, temos responsabilidades acrescidas junto do Povo Português, a quem servimos.

Tal como em muitos momentos de grandes dificuldades, tal como o fizemos também em 2005, é chegada a hora de voltarmos a defender com determinação aquilo que são valores e princípios fundamentais da existência de um estado de direito. O respeito pelo texto da Constituição da República Portuguesa é uma obrigação de todos nós.

Por tudo o que anteriormente foi exposto, mas particularmente pela obrigação que sobre nós recai, é importante que estejamos presentes no próximo dia 12 de Maio, Quinta-feira, a partir das 18H00, na Casa do Alentejo, em Lisboa, onde irá decorrer um encontro promovido pelas três associações socioprofissionais de militares.

No cumprimento do espírito da lei, trajando civilmente e não fazendo uso de símbolos das Forças Armadas, vamos exercer os nossos direitos de cidadania, reunir, discutir, reflectir e transmitir ao Povo Português que, tal como em outras circunstâncias também neste momento difícil, nesta curva apertada do nosso percurso enquanto Nação, podem contar com os seus militares, que podem contar com os Sargentos de Portugal, na defesa dos direitos e dos valores constitucionalmente consagrados.

Com dignidade, construímos (e preservamos) o futuro!

A Direcção Lisboa, 8 de Maio de 2011

Associação Nacional de Sargentos R. Barão de Sabrosa, 57 • 2º • 1900-088 LISBOA • Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 49 58 • E-mail: contacto@ans.pt